

utilização de equipamento de proteção individual ou adoção de medidas que conservem o ambiente dentro dos limites toleráveis e seguros;

II - o servidor deixar de trabalhar em atividades insalubres ou perigosas;

III - o servidor negar-se a usar o equipamento de proteção individual.

§ 1º A eliminação ou neutralização da insalubridade ou periculosidade, nos termos do inciso I deste artigo, será baseada em laudo técnico de perito.

§ 2º A perda do adicional, nos termos do inciso III deste artigo, não impede a aplicação da pena disciplinar cabível, nos termos do Regime Jurídico dos Servidores do Município.

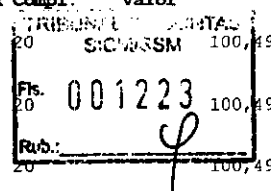
Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de _____, aos _____ de _____ de 2009.

Prefeito Municipal

Seq.	Matr/Contr	Nome	Admissao	Cargo	Data	Calc	R Compl.	Valor
00001	5070/01	Arlete Massotti	22/09/2008	0050-Merendeira	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	4340/01	Carlise Teresinha Dietzmann	13/06/2007	0050-Merendeira	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	5088/01	Cleonice Neckel Paschoali	01/09/2008	0050-Merendeira	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	5185/01	Dailene Carine Tibola	01/12/2008	0070-Zelador	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	264/01	Edemar Alcindo Fagundes	15/04/1994	0016-Agente de Servicos Gerais	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	2259/01	Elci Terezinha F. De Carvalho	18/03/2003	0016-Agente de Servicos Gerais	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	485/01	Eliane Brietzke	18/03/1994	0020-Atendente de Creche	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	2070/01	Eliane Salete Godoy	18/03/2003	0027-Auxiliar de Enfermagem	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	3476/01	Fabiane de Moura de Moraes	24/02/2005	0016-Agente de Servicos Gerais	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	396/01	Genoema Preuss	20/08/1992	0017-Servente	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	5169/01	Ivone dos Santos	18/11/2008	0016-Agente de Servicos Gerais	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	3468/01	Jandira Juraci Dahm	24/02/2005	0016-Agente de Servicos Gerais	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	272/01	Joao Breskovit	01/04/1995	0023-Carpinteiro	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	507/01	Lucia Pozzamai	18/03/1994	0020-Atendente de Creche	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	515/01	Lurdes Eberhardt Ledur	18/03/1994	0020-Atendente de Creche	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	523/01	Lurdes T. Rossi Bernardi	02/05/1994	0020-Atendente de Creche	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	299/01	Marcolino de Christo	18/03/1994	0016-Agente de Servicos Gerais	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	5193/01	Maria Chieza	01/12/2008	0016-Agente de Servicos Gerais	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	400/01	Maria de Fatima Bueno da Silva	18/03/1994	0017-Servente	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	531/01	Maria Neli Felix	18/03/1994	0020-Atendente de Creche	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	1260/01	Marise Beatriz Paier	18/03/2003	0027-Auxiliar de Enfermagem	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	540/01	Maristela Saggim	15/04/1994	0020-Atendente de Creche	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
00001	2038/01	Marli Andriolli Massuda	11/03/2003	0050-Merendeira	08/2010	-	20	100,49
		0055-Insalubridade - 20%						
	2321/01	Marli Maria Brizolla	18/03/2003	0016-Agente de Servicos Gerais				

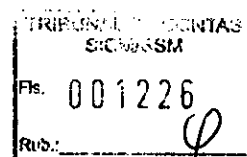


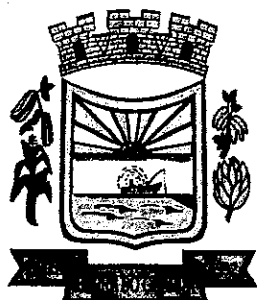
Seq.	Matr/Contr	Nome	Admissao	Cargo	Data	Calc	R Comp	Valor	NTAS
00001		0055-Insalubridade - 20%			08/2010	-	20	100,49	
00001	2267/01	Meri Teresinha Schutz	18/03/2003	0051-Tecnico Em Enfermagem	08/2010	-	20	100,49	
00001	566/01	Nair Cleci Santa Helena John	18/03/1994	0020-Atendente de Creche	08/2010	-	20	100,49	
00001	2194/01	Rosani Margarete C. Preuss	11/03/2003	0051-Tecnico Em Enfermagem	08/2010	-	20	100,49	
00001	574/01	Selmira Quintana	18/03/1994	0020-Atendente de Creche	08/2010	-	20	100,49	
00001	5100/01	Tais Gualarte Machado	01/09/2008	0016-Agente de Servicos Gerais	08/2010	-	20	100,49	
00001	582/01	Teresinha Salette Locks	18/03/1994	0020-Atendente de Creche	08/2010	-	20	100,49	
00001	1678/01	Valda Maria Constancio	18/03/2003	0027-Auxiliar de Enfermagem	08/2010	-	20	100,49	
00001	5002/01	Vanderlei Luis Missio	02/07/2008	0022-Motorista de Caminhoes	08/2010	-	20	100,49	
00001	1619/01	Vera Vogt Neckel	06/03/2003	0027-Auxiliar de Enfermagem	08/2010	-	20	100,49	
Total Geral (33)					08/2010	9		3.316,17	
		0055-Insalubridade - 20%							

RECIBO
SICOMSSM
001224
Rub. 0

Seq.	Matr/Contr	Nome	Admissao	Cargo	Data	Calc	R. Compl.	Valor
00001	590/01	Aldonir Borges dos Santos 0056-Insalubridade - 30%	18/03/1994	0022-Motorista de Caminhoes	08/2010	-	TRIBUTOS E DESCONTOS SICMSSM	150,74
00001	4928/01	Antonio Carlos Neckel 0056-Insalubridade - 30%	03/07/2008	0025-Operador de Maquina	08/2010	-	Fls. 001225	150,74
00001	5290/01	Dalvan Avrella 0056-Insalubridade - 30%	01/12/2008	0025-Operador de Maquina	08/2010	-	Rub. 9	150,74
00001	4987/01	Helinton L. Dos S. Teixeira 0056-Insalubridade - 30%	15/07/2008	0025-Operador de Maquina	08/2010	-		150,74
00001	353/01	Joao Missio 0056-Insalubridade - 30%	01/07/1996	0022-Motorista de Caminhoes	08/2010	-		150,74
00001	5134/01	Joel Paier 0056-Insalubridade - 30%	09/10/2008	0022-Motorista de Caminhoes	08/2010	-		150,74
00001	4936/01	Luciano Luis Patzlaff 0056-Insalubridade - 30%	03/07/2008	0025-Operador de Maquina	08/2010	-		150,74
00001	4995/01	Rui dos Santos 0056-Insalubridade - 30%	15/07/2008	0025-Operador de Maquina	08/2010	-		150,74
00001	329/01	Vilmar Gadenz 0056-Insalubridade - 30%	01/09/1994	0022-Motorista de Caminhoes	08/2010	-		150,74
Total Geral (9)					08/2010	9		1.356,66
0056-Insalubridade - 30%								

Seq.	Matr/Contr	Nome	Admissao	Cargo	Data	Calc	R Compl.	Valor
00001	680/01	Neri Paulo Missio	18/03/1994	0022-Motorista de Caminhoes	08/2010	-		50,42
		0226-Insalubridade 10%						
00001	736/01	Gelci Luis Paschoali	02/01/1996	0021-Motorista de Carro Leve	08/2010	-		50,42
		0226-Insalubridade 10%						
00001	884/01	Dario Rodrigues da Silva	18/03/1994	0021-Motorista de Carro Leve	08/2010	-		50,42
		0226-Insalubridade 10%						
00001	1910/01	Josimar Paschoali	14/03/2003	0021-Motorista de Carro Leve	08/2010	-		50,42
		0226-Insalubridade 10%						
00001	1937/01	Cleomar Tiburski	06/03/2003	0021-Motorista de Carro Leve	08/2010	-		50,42
		0226-Insalubridade 10%						
00001	2208/01	Marcelo Gadenz	14/03/2003	0021-Motorista de Carro Leve	08/2010	-		50,42
		0226-Insalubridade 10%						
00001	2364/02	Renato Constancio	11/08/2004	0021-Motorista de Carro Leve	08/2010	-		50,42
		0226-Insalubridade 10%						
00001	5754/01	Gilmar Pinheiro de Oliveira	25/09/2009	0021-Motorista de Carro Leve	08/2010	-		50,42
		0226-Insalubridade 10%						
Total Geral (8)		0226-Insalubridade 10%			08/2010	9		403,36

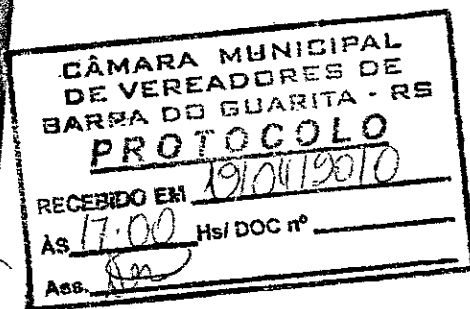




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL de
Barra do Guarita

TRIBUNAL DE CONTAS
SICROSSM
Fls. 001227
Rub.: *cp*

PROJETO DE LEI Nº 030/2010 de 16 de abril de 2010.



DEFINE AS ATIVIDADES INSALUBRES E PERIGOSAS PARA EFEITOS DE PERCEPÇÃO DO ADICIONAL CORRESPONDENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CESAR TADEU PAIER, Prefeito Municipal de Barra do Guarita, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - São consideradas atividades insalubres, para efeitos de percepção do adicional previsto no art. 88 da Lei Municipal nº 571, de 16 de Dezembro de 2003, que institui o Regime Jurídico dos Servidores do Município, as abaixo relacionadas, classificadas conforme o grau:

I - Insalubridade de grau máximo:

- a) Coleta e industrialização do lixo urbano;
- b) Trabalhos em galerias e tanques de esgoto;
- c) Atividades de solda;
- d) Trabalhos com pacientes em isolamento por doenças infecto-contagiosas, bem como objetos de seu uso não previamente esterilizados;
- e) Atividades em contato com carnes, glândulas, sangue, ossos, pelos e dejeções de animais portadores das doenças infecto-contagiosas carbúnculos, brucelose e tuberculose.

II - Insalubridade de grau médio:

- a) Pintura com esmaltes, tintas e vernizes;
- b) Manipulação de óleos minerais, óleos queimados e parafina;
- c) Trabalhos em contato com pacientes, bem como manuseio de objetos de seu uso, não previamente esterilizados, em estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana;
- d) Trabalho como técnico em laboratórios de análise clínica e histopatologia;
- e) Aplicação de inseticidas;
- f) Exumação de corpos;
- g) Trabalhos com raios "X";
- h) Manuseio de cal e cimento;
- i) Varrição e limpeza de ruas e outros logradouros públicos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL de
Barra do Guarita

TRIBUTOS	CONTAS
SICOMSSM	
Fls.	001228
Rub.	4

- j) Serviços expostos ao ruído acima dos limites de Tolerância, previstos no Anexo I da NR 15.

III – Insalubridade de grau mínimo:

- a) Trabalho com britadores;
b) Atividades executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva.

Art. 2º - São atividades e operações perigosas, para efeito do adicional previsto no art. 88, da Lei Municipal nº 571, de 16 de dezembro de 2003.

- I- Armazenamento, carregamento e transporte de explosivos;
- II- Detonação com explosivos, inclusive as verificações de detonações falhadas;
- III- Operação de escorva de cartuchos de explosivos;
- IV- Operação de bombas de abastecimento de inflamáveis líquidos;
- V- Transporte de vasilhames em caminhões de carga contendo inflamável líquido, em quantidade superior a 250 (duzentos e cinquenta) litros;
- VI- Instalação, substituição e reparos de cruzetas, relé e braço de iluminação pública, desde que fixados nos postes de redes de linhas de alta e baixa tensões integrantes de sistemas elétricos de potência, energizadas ou desenergizadas, mas com possibilidade de energização.

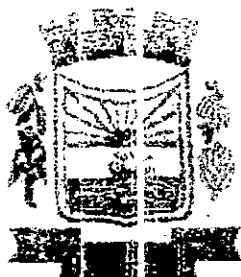
Art. 3º - É exclusivamente suscetível de gerar direito a percepção do adicional de insalubridade e periculosidade de modo integral, o exercício, pelo servidor, de atividade constante dos arts. 1º e 2º desta Lei em caráter habitual e em situação de exposição contínua ao agente nocivo perigoso.

§ 1º O trabalho em caráter habitual, mas de modo intermitente, dará direito à percepção do adicional proporcionalmente ao tempo dispendido pelo servidor na execução de atividade em condições insalubres e perigosas.

§ 2º O exercício de atividade insalubre ou perigosa em caráter esporádico ou ocasional não gera direito ao pagamento do adicional.

Art. 4º - A concessão do adicional de insalubridade ou periculosidade dependerá de laudo técnico de perito, com fundamento no dispõe esta Lei.

Art. 5º - Cessará o pagamento do adicional de insalubridade e periculosidade quando:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL de
Barra do Guarita

TRIPLO SICOMSM
Fls. 001229
Rub. <i>J</i>

I - a insalubridade ou periculosidade for eliminada ou neutralizada pela utilização de equipamentos de proteção individual ou adoção de medidas que conservem o ambiente dentro dos limites toleráveis e seguros.

II - o servidor deixar de trabalhar em atividade insalubre ou perigosa.

III - o servidor deixar de usar o equipamento de proteção individual.

§ 1º A eliminação ou neutralização da insalubridade ou periculosidade, nos termos do inciso I deste artigo, será baseada em laudo técnico de perito.

§ 2º A perda do adicional, nos termos do inciso III deste artigo, não impede a aplicação da pena disciplinar cabível, nos termos do Regime Jurídico dos servidores do Município.

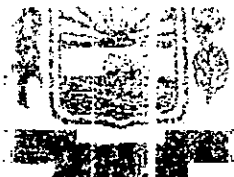
Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao de sua publicação.

DECRETI DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA - RS, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2010

Registre-se e Publique-se
Em 16/04/2010

[Assinatura]
CESAR RADE DÁIER
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL de Barra do Guarita

TRIBUNA DE CONTAS SICOMSM
Fls. 001230
Rub.: <i>9</i>

DESIGNAÇÃO DO PROJETO DE LEI

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

O presente Projeto de Lei tem por objeto regularizar situação pendente, seja, pagamento de insalubridade sem previsão legal, o que tem sido objeto de consulta frequente do Serviço de Auditoria do TCE.

Pelo exposto, pedimos aos senhores Vereadores que aproveem o presente Projeto de Lei, regularizando situação pendente.

[Assinatura]
CESAR VILADEL PAER
PREFEITO MUNICIPAL

**CONPLAN - Organização de Planos de Saúde Via Web Ltda.**

Av. Mauá, 1377 - Sala 01 - Centro
Ibirubá - RS - CEP 98200-000
Fone/Fax: (54) 3324.2208 / 3324.2162
E-mail: conplan@conplan.com.br - www.conplan.com.br
CNPJ: 08.018.636/0001-72 - Inscr. Mun.: 54518.7

NOTA FISCAL
FATURA
DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS

005586

RAZÃO SOCIAL: Prefeitura Municipal Barra do Guarita
ENDEREÇO: Rua Sobradinho N° 9
MUNICÍPIO/UF: Barra do Guarita
CNPJ(MF) / CPF: 97.726.312/0001-20

SICRESSM

Fls. 001231

Rub.:

DATA DE EMISSÃO

21/07/2010

1ª VIA - CLIENTE

NÚMERO

VENCIMENTO

05/08/2010

VALOR

NÚMERO

VENCIMENTO

VALOR

R\$ 291,66

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

VALOR

Serviço de gerenciamento de informações referente a Segurança e Medicina do Trabalho

R\$ 291,66

Ref Julho/2010

**EMPRESA OPTANTE
P/ SIMPLES NACIONAL**

**Nova Razão Social:
CONPLAN - ORGANIZAÇÃO
DE SERVIÇOS LTDA.**

**VALOR
TOTAL >**

R\$ 291,66

DIKSTAX IND. DE FOMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA. - AV. SCARPELLINI GHEZZI, 732/754 - PASSO FUNDO - RS - (54) 313.1733 - INSC. EST. 081/0200033 - CNPJ 01.968.830/0001-06 - N.F.F. DE PREST. SERVIÇOS - 004.00003 - NUM. DE 002.001 À 006.000 - ADOF/MUN. 047/2006 - 07/04/2008

CO DO BRASIL

03/08

00190.00009 01307.393411 88265.45411119 46850000029166

Autenticação mecânica - RECEBIO DO SACADO

05/08/2010

Cedente		CONPLAN ORGANIZACAO DE SERVICOS LT	
RAZÃO SOCIAL	RAZÃO SOCIAL	Número do documento	Valor do documento
RAZÃO SOCIAL	RAZÃO SOCIAL	91010	291,66

Este recibo é a comprovação mecânica da autenticidade do documento e não substitui o original. O pagamento deve ser efetuado diretamente ao beneficiário.

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

Loterias

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado. Ap

215-691033954-5

03/AGO/2010

HORA DE 16:23:39

LOT. 18.19788-6

LOCALIDADE: BARRA DO GUARITA

46. VINCULADA: 0520

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
BLOQUEIO BANCOS

DATA DE VENCIMENTO: 05/08/2010

VALOR DO PAGAMENTO: 291,66

0019000009 01307393411

88265454111 9 46850000029166

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvindoria da CAIXA: 0800 725 7474

Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

215-691033954-5

VIA DO CLIENTE

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

CAIXA

RAZÃO SOCIAL: Prefeitura Municipal Barra do Guarita		CNPJ: 08.018.636/0001-72 - Inscr. Mun.: 54518.7		DATA DE EMISSÃO: 21/06/2010	
ENDEREÇO: Rua Sobradinho N° 9		SICWSSM: 001232		1ª VIA - CLIENTE	
MUNICÍPIO/UF: Barra do Guarita		R/v:			
CNPJ(MF) / CPF: 97.726.312/0001-20					
NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR	NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR
	05/07/2010				R\$ 291,66
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS					VALOR
<p>Serviço de gerenciamento de informações referente a Segurança e Medicina do Trabalho</p>  <p>Ref Junho/2010</p>					R\$ 291,66
<div> <div>EMPRESA OPTANTE P/ SIMPLES NACIONAL</div> <div> Nova Razão Social: CONPLAN - ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. </div> </div>					VALOR TOTAL > R\$ 291,66

DIETAK IND. DE FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA. - AV. SCARPELLINI GHEZZO, 738/784 - PASSO FUNDO - RS - (54) 313.1733 - INSC. EST. 091/0200033 - CNPJ 01.969.850/0001-66 - N.F.F. DE PREST. SERVIÇOS - 004.000-3 - NÚM. DE 002.001 À 008.000 - AIDF/MUN. 047/2008 - 07/04/2008



00190.00009 01307.393411 79002.489114 8 46540000029166

Autenticação mecânica - RECIBO DO SACADO

Sacado		Cedente	
PRÉFETURA MUNICIPAL BARRA DO GUARI		CONPLAN ORGANIZACAO DE SERVICOS LT	
Agência / Cód. Cedente	Nosso número	Número do documento	Valor do documento
0677-7 / 3.108-9	AI 13073934178002489	26117	291,66
Sacador / Avalista			

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado. Ap

186-370713228-7

HORA DF 14:39:37

05/JUL/2010

TERM 030770

LOT. 18.19788-6
LOCALIDADE: BARRA DO GUARITA
AG. VINCULADA: 0520

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
BLOQUETO BANCOS

DATA DE VENCIMENTO: 05/07/2010
VALOR DO PAGAMENTO: 291,66

0019000009 01307393411
79002489114 8 46540000029166

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474
Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

186-370713228-7

VIA DO CLIENTE



CONPLAN - Organização de Planos de Saúde Via Web Ltda.

Av. Mauá, 1377 - Sala 01 - Centro

Ibirubá - RS - CEP 98200-000

Fone/Fax: (54) 3324.2208 / 3324.2162

E-mail: conplan@conplan.com.br - www.conplan.com.br

CNPJ: 08.018.636/0001-72 - Inscr. Mun.: 54518.7

NOTA FISCAL
FATURA
DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS

1005234

RAZÃO SOCIAL:

Prefeitura Municipal Barra do Guarita

ENDEREÇO:

Rua Sobradinho N° 9

MUNICÍPIO/UF:

Barra do Guarita

CNPJ(MF) / CPF:

94.392.164/0001-55

SICROSSM

Fis. 001233

Rub.:

DATA DE EMISSÃO

20/05/2010

1ª VIA - CLIENT

NÚMERO

VENCIMENTO

05/06/2010

VALOR

NÚMERO

VENCIMENTO

VALOR
R\$ 291,66

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

VALOR

Serviço de gerenciamento de informações referente a Segurança e Medicina do Trabalho

R\$ 291,66

Ref Maio/2010 8ª Parcela

EMPRESA OPTANTE
P/ SIMPLES NACIONALNova Razão Social:
CONPLAN - ORGANIZAÇÃO
DE SERVIÇOS LTDA.VALOR
TOTAL >

R\$ 291,66

DYSTAK IND. DE FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA. - AV. SCARPELLINI GHEZZI, 739/704 - PASSO FUNDO - RS - (54) 313.1733 - INSC. EST. 091/0200033 - CNPJ 01.856.950/0001-66 - N.F.F. DE PREST. SERVIÇOS - 004 0000 - NUM. DE 002.001 À 006.000 - AIDE/MUN. 047/2006 - 07/04/2006



00190.00009 01307.393411 70463.284110 7 46240000029166

Autenticação mecânica - RECIBO DO SACADO

Sacado	Cedente
PREFEITURA MUNICIPAL BARRA DO GUARI	CONPLAN ORGANIZACAO DE SERVICOS LT
Agência / Cód. Cedente	Nosso número
0677-7 / 3.108-9	AI 13073934170463284
Sacador / Avalista	Número do documento
	26014
	Valor do documento
	291,66

Este recibo somente terá validade com autenticação mecânica ou acompanhando ao recibo de pagamento emitido pelo Banco. Este recibo não substitui o Recibo emitido através do cheque nº 3272/10324 do Banco do Brasil. Este quitando não validade após o pagamento do cheque pelo banco sacado.



001-9 00190.00009 01307.393411 70463.284110 7 46240000029166

Local de pagamento ATÉ O VENCIMENTO PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO.

Cedente	CGC	Agência / Cód. Cedente
CONPLAN ORGANIZACAO DE SERVICOS LTDA		0677-7 / 3.108-9
Data do documento	Número do documento	Espécie doc.
19/05/2010	26014	DM
Uso Banco	Carteira	Espécie
3.108-9	11-019	RS
Quantidade	Valor	
		291,66

Instruções (Todas informações desse bloquete são de exclusiva responsabilidade do cedente).

JUROS POR UM DIA:

PROTESTO: 11/06/2010. A PARTIR DESSA, CONSULTE BB P/ PGTO

Sacado PREFEITURA MUNICIPAL BARRA DO GUARITA
RUA SOBRADINHO N 9 CENTRO
98530-000 BARRA DA GUARIT

RS CGC 94.726.312/0001-20

Sacador / Avalista

Cód. de baixa
Autenticação mecânica - FICHA DE COMPENSAÇÃO

TRIBUNAL JUDICIAL
SECRETARIA
Fls. 001234
Rub. *cp*

08/06

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
09/06/2010 - AUTO-ATENDIMENTO - 10:55:57
OUVIDORIA BB 0800 729 5678
087771219 0072

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - CHEQUE

=====

FAVORECIDO	
CLIENTE	CONPLAN ORG DE SERVICO LT
AGENCIA: 0677-7	CONTA: 3.108-9
VALOR TOTAL *	291,66
NR. ENVELOPE	1.955.659,022

* Valor sujeito a conferencia.

=====

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

**CONPLAN - Organização de Planos de Saúde Via Web Ltda.**

Av. Mauá, 1377 - Sala 01 - Centro
Ibirubá - RS - CEP 98200-000
Fone/Fax: (54) 3324.2208 / 3324.2162
E-mail: conplan@conplan.com.br - www.conplan.com.br
CNPJ: 08.018.636/0001-72 - Inscr. Mun.: 54518.7

NOTA FISCAL
FATURA
DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS

Nº 005036

RAZÃO SOCIAL: Prefeitura Municipal Barra do Guarita
ENDEREÇO: Rua Sobradinho N° 9
MUNICÍPIO/UF: Barra do Guarita
CNPJ(MF) / CPF: 04.726.312/0001-20

SICRESSM

Fls. 001235

Rvb.

DATA DE EMISSÃO

22/04/2010

1ª VIA - CLIENTE

NÚMERO

VENCIMENTO

VALOR

NÚMERO

VENCIMENTO

VALOR

05/05/2010

R\$ 291,66

VALOR

Serviço de gerenciamento de informações referente a Segurança e Medicina do Trabalho

R\$ 291,66

DEPOSITAR
BANCO DO BRASIL
AG. 0677-7 CONTA 3108-9
CONPLAN

Ref Abril/2010

EMPRESA OPTANTE
P/ SIMPLES NACIONAL

Nova Razão Social:
CONPLAN - ORGANIZAÇÃO
DE SERVIÇOS LTDA.

VALOR
TOTAL >

R\$ 291,66

DIKSTAK IND. DE FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA. - AV. SCARPELLINI, 100 - 91170-000 - PASSO FUNDO - RS - (54) 313.1733 - INSC. EST. 091/0202033 - CNPJ 01.854.860/0001-86 - N.F.F. DE PREST. DE SERVIÇOS - 004.00003 - NUM. DE 002.001 À 006.000 - ADOF/MUN. 04/2006 - 07/04/2009



00190.00009 01307.393411 60536.356110 8 45930000029166

Autenticação mecânica - RECIBO DO SACADO

05/05/2010

Sacado	Cedente
PREFEITURA MUNICIPAL BARRA DO GUARI	CONPLAN ORGANIZACAO DE SERVICOS LT
Agência / Cód. Cedente	Nosso número
0677-7 / 3.108-9	AI- 13073934160536356
Sacador / Avalista	Número do documento
	24103
	Valor do documento
	291,66

Este documento tem validade com autenticação mecânica ou comparado do
Processo de autenticação mecânica ou comparado do
Processo de autenticação mecânica ou comparado do
Processo de autenticação mecânica ou comparado do

VIA DO CLIENTE

125-887292339-3

www.caixa.gov.br

Ouvitoria da CAIXA: 0800 725 7474
Reclamações, sugestões e elogios

Disque CAIXA - 0800 726 0101

0019000009 01307393411
60536356110 8 45930000029166

DATA DE VENCIMENTO: 05/05/2010
VALOR DO PAGAMENTO: 291,66

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
BLOQUEIO BANCOS

LOT 18.19788-6
LOCALIDADE: BARRA DO GUARITA
AG. VINCULADA: 0520

05/MAI/2010

TERM 030770

HORA DE 09:34:31

125-887292339-3

CAIXA ECONOMICA FEDERAL
QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, Ap

TRIPLO I CONTAS
S/C 0035M

Fls. 001236

Rub.: *9*



CONPLA - CONSORCIO DE PRECATORIO DE LUCROS E DESPESAS LTDA

NOTA FISCAL
FATURA
DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS

Nº 004368

Prefeitura Municipal Barra do Guaita

Rua Sobradinho N.º 2

Barra do Guaita

94.392.164/0001-55

DATA DE EMISSÃO
20/11/2009

DATA	PERÍODO	VALOR	VALOR	VALOR
05/12/2009				R\$ 291,66

Serviço de gerenciamento de informações referente a Segurança e Medicina do Trabalho

R\$ 291,66

Ref Novembro/2009 2ª Parcela

VALOR
TOTAL

R\$ 291,66

CONPLA - CONSORCIO DE PRECATORIO DE LUCROS E DESPESAS LTDA

**CONPLAN - Organização de Planos de Saúde Via Web Ltda.**

Av. Mauá, 1377 - Sala 01 - Centro
Ibirubá - RS - CEP 98200-000
Fone/Fax: (54) 3324.2208 / 3324.2162
E-mail: conplan@conplan.com.br - www.conplan.com.br
CNPJ: 08.018.636/0001-72 - Inscr. Mun.: 54518.7

NOTA FISCAL
FATURA
DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS

Nº 004-507

RAZÃO SOCIAL: Prefeitura Municipal Barra do Guarita
ENDEREÇO: Rua Sobradinho N° 9
MUNICÍPIO/UF: Barra do Guarita
CNPJ(MF) / CPF: 94.726.312/0001-20

SICRESSM

Fls. 001237

Rvb.

DATA DE EMISSÃO

18/12/2009

1ª VIA - CLIENTE

NÚMERO

VENCIMENTO

05/01/2010

VALOR

NÚMERO

VENCIMENTO

VALOR

R\$ 291,66

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

VALOR

Serviço de gerenciamento de informações referente a Segurança e Medicina do Trabalho

R\$ 291,66

Ref Dezembro/2009

Nova Razão Social:
CONPLAN - ORGANIZAÇÃO
DE SERVIÇOS LTDA.

VALOR
TOTAL

R\$ 291,66

DISTAK IND. DE FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA. - AV. SCARPELLINI GHEZZO, 738/764 - PASSO FUNDO - RS - (54) 313.1733 - INSC. EST. 091/0200033 - CNPJ 01.958.860/0001-90 - N.F.F. DE PREST. SERVIÇOS - 004.000-3 - NÚM. DE 002.001 À 006.000 - ADOÇÃO: 04/2008 - 07/04/2008

SISBB - SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL
29/12/2009 AUTO-ATENDIMENTO 13:33:30
OUVIDORIA BB 0800 729 5678
087771219 0181

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE - CHEQUE

FAVORECIDO

CLIENTE

AGÊNCIA: 0077-7

VALOR TOTAL *

NR. ENVELOPE

C C P PLANOS SAUDE LTDA

CONTA: 3.108-9

291,66

1.004.717,722

* Valor sujeito a conferência.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

**CONPLAN - Organização de Planos de Saúde Via Web Ltda.**

Av. Mauá, 1377 - Sala 01 - Centro
Ibirubá - RS - CEP 98200-000
Fone/Fax: (54) 3324.2208 / 3324.2162
E-mail: conplan@conplan.com.br - www.conplan.com.br
CNPJ: 08.018.636/0001-72 - Inscr. Mun.: 54518.7

NOTA FISCAL
FATURA
DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS

Nº 004215

Prefeitura Municipal Barra do Guarita

RAZÃO SOCIAL: Rua Sobradinho N° 9
ENDEREÇO: Barra do Guarita
MUNICÍPIO/UF: 94.726.312/0001-20
CNPJ(MF) / CPF:

SICRESSM

Fls.: 001238

Rub:

24/10/2009

1ª VIA - CLIENTE

R\$ 291,66

NÚMERO

00/11/2009

VALOR

NÚMERO

VENCIMENTO

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

VALOR

Serviço de gerenciamento de informações referente a Segurança e Medicina do Trabalho

R\$ 291,66

Ref Outubro/2009

Nova Razão Social:
CONPLAN - ORGANIZAÇÃO
DE SERVIÇOS LTDA.

VALOR
TOTAL >

R\$ 291,66

DIKSTAK IND. DE FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA. - AV. SCARPELLINI GHEZZI, 738/764 - PASSO FUNDO - RS - (54) 313.1753 - INSC. EST. 081/0203033 - CNPJ 01.953.950/0001-06 - N.F.F. DE PREST. SERVIÇOS - 004.0003 - NUM. DE 002.001 A 006.000 - ATOM/MUN. 04/12/2008 - 07/04/2009

BANCO DO BRASIL

00190.00009 01307.393411 05719.997115 4 44120000029166

Autenticação mecânica - RECIBO DO SACADO

Sacado	Cedente	
PREFEITURA MUNICIPAL BARRA DO GUARI	CONPLAN CONSULTORIA E PLANEJAMENTO	
Agência / Id. Cedente	Nosso número	Número do documento
0677-7 / 3.108-9	Al 13073934105719997	3110
Sacador / Avalista	Valor do documento	
	291,66	

BANCO DO BRASIL

11-37.61 0291

IMPROMOVIL DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

0019000090130739341105719997115444120000029166

NOSSO NUMERO 13073934105719997

CONVENIO 01307393

CONPLAN CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

AGENCIA/COD. CEDENTE 0677/00003108

DATA DE VENCIMENTO 05/11/2009

DATA DO PAGAMENTO 13/11/2009

VALOR DO DOCUMENTO 291,66

VALOR COBRADO 291,66

NR. AUTENTICACAO

A. ARE. 4E6.58E.CC0.EE6

0019000009013073934115411310	13244470000020166
NOSSO NUMERO	13073934115401310
CONVENIO	01307393
CONPLAN CONSULTORIA E PLANEJAM	
AGENCIA/COO. CEDENTE	06/7/00003108
DATA DE VENCIMENTO	07/12/2009
DATA DO PAGAMENTO	21/12/2009
VALOR DO DOCUMENTO	291,66
VALOR COBRADO	291,66
NR.AUTENTICACAO	0.180.021.1F8.BE3.AE7

MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

Fls.	001240
Rib.	9

MUNICIPAL Nº 999/2010 de 08 de setembro de 2010.**ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 48º, "CAPUT" E PARAGRAFO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 572/2003 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2003, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

CESAR TADEU PAIER, Prefeito Municipal de Barra do Guarita ~~Estado~~ do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a ~~Câmara~~ de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **LEI**:

Art. 1º - O artigo 48º "caput" e Parágrafo único passarão a ter a seguinte redação:

"Art. 48º - Será devido o salário-família mensalmente, ao segurado que tenha remuneração ou subsídio de valor até R\$539,03 (quinhentos e trinta e nove reais e três centavos) igual a R\$ 27,64 (vinte e sete reais com sessenta e quatro centavos) e para o segurado que tenha remuneração ou subsídio de R\$ 539,04 (quinhentos e trinta e nove reais e quatro centavos) até R\$ 810,18 (oitocentos e dez reais e dezoito centavos) igual a R\$ 19,48 (dezenove reais e quarenta e oito centavos), na proporção do número de filhos ou equiparados, de qualquer condição, até quatorze anos ou inválidos".

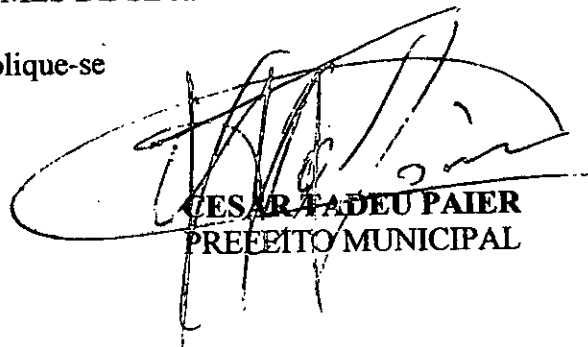
"Parágrafo único: Os valores limite referidos no caput serão corrigidos na mesma época e nos mesmos índices do reajuste dos Servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social."

Art. 4º - Permanecem inalterados os demais artigos da Lei Municipal nº 572/2003 de 16/12/2003.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA/RS, AOS OITO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2010.

Registre-se e Publique-se
Em 08/09/2010.


CESAR TADEU PAIER
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA

TRIPUNTA	TRIPUNTA
SIC-003SM	
Fls. 001241	
Rubricado	<i>[Signature]</i>

JUSTIFICATIVA DA LEI

Referida modificação visa cumprir solicitação do Serviço de Auditoria do Tribunal de Contas.

[Signature]
CESAR TADEU PAIER
PREFEITO MUNICIPAL



SECRETARIA DE BARRA DO GUARITA
12/03/2003-20
1985-1945-2005
RUA SAGRADINHO, 05 - CEP 98530-000
BARRA DO GUARITA - RS
TRIPLO
SICROSSM
Fls. 001242
Rub. 4

Lei Municipal nº 572, de 16 de dezembro de 2003.

**Reestrutura a Autarquia Municipal do
Regime Próprio de Previdência Social do
Município de Barra do Guarita e dá outras
providências.**

JOSEMAR MAGAGNIN, PREFEITO MUNICIPAL de Barra do Guarita,
Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte
Lei:

TÍTULO I

Do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Barra do Guarita

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares e dos Objetivos

Art. 1º Fica reestruturado, nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Barra do Guarita – RPPS de que trata o art. 40 da Constituição Federal, denominado “Fundo de Aposentadoria e Demais Benefícios do Servidor de Barra do Guarita – FABS”, entidade autárquica com personalidade jurídica de direito público, dotado de autonomia administrativa e financeira e com natureza contábil e atuarial.

Art. 2º O FABS visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que atendam às seguintes finalidades:

I - garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, doença, acidente em serviço, idade avançada, reclusão e morte; e

II - proteção à maternidade e à família.

§ 1º - O repasse dos valores para o FABS por parte dos servidores e do Município poderá ser automático, descontado diretamente à conta corrente quando do ingresso da cota parte do ICMS e/ou da cota parte do FPM relativa à última parcela do mês em curso.

§ 2º - Caso não haja integralização completa dos valores previstos no parágrafo anterior, o saldo remanescente deverá ingressar na cota subsequente, e assim sucessivamente.

2. 1985/861 1945, 2005

RUA S. OSVALDINO, 05 - CEP 98530-000

BARRA DO GUARITA - RS

SICORSSM

Fls. 001243

Rub.:

CAPÍTULO II Dos Beneficiários

Art. 3º Estão filiados ao FABS, na qualidade de beneficiários, os segurados e seus dependentes.

Art. 4º Permanece filiado ao FABS, na qualidade de segurado, o servidor ativo que estiver:

I - cedido para outro órgão ou entidade da Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; e

II - afastado ou licenciado, temporariamente, do cargo efetivo sem recebimento de subsídio ou remuneração do Município, observados os prazos previstos no art. 69.

Art. 5º O servidor efetivo requisitado da União, de Estados, do Distrito Federal ou de outros municípios permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

Seção I Dos Segurados

Art. 6º São segurados do FABS: *RPPS*

I - o servidor público titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias, inclusive as de regime especial e fundações públicas; e

II - os aposentados nos cargos citados neste artigo.

§ 1º Fica excluído do disposto no *caput* o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, ainda que aposentado por regime próprio de previdência social.

§ 2º Na hipótese de acumulação remunerada, o servidor mencionado neste artigo será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados.

§ 3º O segurado aposentado que vier a exercer mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal filia-se ao Regime Geral de Previdência Social na condição de exercente de mandato eletivo.

Art. 7º A perda da condição de segurado do FABS ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - morte;

II - exoneração ou demissão;

III - cassação de aposentadoria ou de disponibilidade; ou

IV - falta de recolhimento das contribuições previdenciárias na hipótese prevista no art. 16, após os prazos constantes no art. 69.

Seção II Dos Dependentes

Art. 8º São beneficiários do FABS, na condição de dependente do segurado: *RPPS*

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro, e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido;

II - os pais; e

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

§ 1º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e das demais deve ser comprovada.

§ 2º A existência de dependente indicado em qualquer dos incisos deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos subsequentes.

§ 3º Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 4º O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante apresentação de termo de tutela.

§ 5º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada.

§ 6º Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

Art. 9º A perda da qualidade de dependente, para os fins do FABS, ocorre:

I - para o cônjuge:

a) pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos; ou

b) pela anulação do casamento.

II - para o companheiro ou companheira, pela cessação da união estável com o segurado, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;

III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao completarem vinte e um anos de idade, salvo se inválidos, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior; e

IV - para os dependentes em geral:

a) pela cessação da invalidez ou da dependência econômica; ou

b) pela morte.

c) pelo abandono do lar, na situação do art. 234 do Código Civil, declarada judicialmente.

Seção III Das Inscrições

Art. 10 A inscrição do segurado é obrigatória e automática, e ocorre quando da investidura no cargo.

Art. 11 Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.

§ 1º A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição por inspeção médica.

§ 2º As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente.

§ 3º A perda da condição de segurado implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.

CAPÍTULO III Do Custeio

Art. 12 - São fontes do plano de custeio do ~~FABS~~ RPPS

I - contribuição previdenciária do Município;

II - contribuição previdenciária dos segurados; *inclusive dos inativos e pensionistas*

III - doações, subvenções e legados;

IV - receitas decorrentes de aplicações financeiras e investimentos patrimoniais;

V - valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9º do art. 201 da Constituição Federal; e

VI - demais dotações previstas no orçamento municipal.

§ 1º Constituem também fonte do plano de custeio do **FABS** as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I e II incidentes sobre o abono anual, salário-maternidade, auxílio-doença e os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, em razão de decisão judicial ou administrativa.

§ 2º As contribuições de que trata este artigo somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do **FABS** e da taxa de administração destinada à manutenção desse Regime.

§ 3º O valor anual da taxa de administração mencionada no parágrafo anterior será de 2% (dois por cento) do valor total da remuneração e subsídios pagos aos servidores segurados do **FABS** no ano anterior.

§ 4º Os recursos do **FABS** serão depositados em conta distinta da conta do Tesouro Municipal.

§ 5º As aplicações financeiras dos recursos mencionados neste artigo atenderão as resoluções do Conselho Monetário Nacional, sendo vedada a aplicação em títulos públicos, exceto os títulos públicos federais, bem como a utilização desses recursos para empréstimo, de qualquer natureza.

Art. 13 - As contribuições previdenciárias de que tratam os incisos I e II do art. 12 serão de aplicação das seguintes alíquotas para os segurados e para o Município, incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição:

I - Segurados ativos e inativos:

a) 8,5% - *Alíquota Lei Munic. nº 676 (2005)*

II - Contribuição do Município:

a) 21% (vinte e um por cento), vigorando até o final de dezembro de 2003;

b) 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2004;

c) 16,5% (dezesseis e meio por cento) a partir de 1º de janeiro de 2005 em diante.

Art. 14 - Entende-se como remuneração de contribuição o valor constituído pelo vencimento ou subsídio do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual, ou demais vantagens de qualquer natureza percebidas pelo segurado, excluídos os pagamentos de natureza indenizatória:

Parágrafo único - Entende-se como verbas indenizatórias, as abaixo elencadas:

- a) salário-família;
- b) diárias para viagem;
- c) ajuda de custo;
- d) indenização de transporte;
- e) auxílio-alimentação;
- f) auxílio pré-escolar;
- g) função gratificada, e *- 9.10.116*
- h) outras parcelas cujo caráter indenizatório esteja definido em lei.

Art. 15 - O abono anual será considerado, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

Art. 16 - Para o segurado em regime de acumulação remunerada de cargos considerar-se-á, para fins do FABS, o somatório da remuneração de contribuição referente a cada cargo.

Art. 17 - A responsabilidade pelo recolhimento ou repasse das contribuições previstas nos incisos I e II do art. 12 será do dirigente máximo do órgão ou entidade em que o segurado estiver vinculado e ocorrerá em até dois dias úteis contados da data de pagamento do subsídio, da remuneração, do abono anual e da decisão judicial ou administrativa.

Art. 18 - O plano de custeio do ~~FABS~~ ^{RPPS} será revisto anualmente, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo único. Até 31 de julho de cada ano, a avaliação atuarial mencionada no caput será encaminhada ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

Art. 19 - O servidor afastado ou licenciado do cargo, sem remuneração ou subsídio, poderá contar o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento das contribuições previdenciárias estabelecidas nos incisos I e II do art. 12.

Parágrafo único. As contribuições a que se referem o caput serão recolhidas diretamente pelo servidor, ressalvadas as hipóteses do artigo seguinte.

Art. 20 - O recolhimento das contribuições mencionadas nos incisos I e II do artigo 12 é de responsabilidade do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício, nos seguintes casos:

I - cedido para outro órgão ou entidade da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; e

II - investido em mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, nos termos do art. 38 da Constituição da República, desde que o afastamento do cargo se dê com prejuízo da remuneração ou subsídio.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso II quando houver opção do servidor pela remuneração ou subsídio do cargo efetivo, o órgão ou entidade cessionária recolherá somente a contribuição prevista no inciso I do art. 12.

Art. 21 - Nas hipóteses de que tratam os arts. 19 e 20, a remuneração de contribuição corresponderá à remuneração ou subsídio relativo ao cargo de que o segurado é titular, calculada na forma do art. 13.

Art. 22 - Nos casos dos arts. 19 e 20, as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I e II do art. 12 deverão ser recolhidas até o dia quinze do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia quinze.

Parágrafo único. Na hipótese de alteração na remuneração de contribuição, a complementação do recolhimento de que trata o caput deste artigo ocorrerá no mês subsequente.

Art. 23 - A contribuição previdenciária recolhida ou repassada em atraso fica sujeita aos juros aplicáveis aos tributos municipais.

Art. 24 - Salvo na hipótese de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições pagas para o FABS.

CAPÍTULO IV Da Organização do FABS

Art. 25 - Fica instituído o Conselho Municipal de Previdência - CMP, órgão superior de deliberação colegiada, composto de 9 membros, todos integrantes do quadro efetivo do Município.

- II – três representantes indicados pelo Poder Executivo;
- II – três representantes indicados pelo Poder Legislativo;
- III – três representantes dos servidores ativos, inativos e pensionistas.

§ 1º - Os membros serão nomeados pelo Prefeito para um mandato de dois anos, admitida uma única recondução.

§ 2º - O Presidente do Conselho será escolhido por consenso, do contrário, será indicado pelo Prefeito Municipal.

§ 3º - Os membros do CMP não serão destituíveis *ad nutum*, somente podendo ser afastados de suas funções depois de julgados em processo administrativo, culpados por falta grave ou infração punível com demissão, ou em caso de vacância, assim entendida a ausência não justificada em três reuniões consecutivas ou em quatro intercaladas no mesmo ano.

Seção I

Do Funcionamento do CMP

Art. 26 - O CMP reunir-se-á, ordinariamente, em sessões bimestrais e, extraordinariamente, quando convocado por, pelo menos, três de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias;

Parágrafo único – Das reuniões do CMP, serão lavradas atas em livro próprio.

Art. 27 - As decisões do CMP serão tomadas por maioria, exigido o *quorum* de cinco membros.

Art. 28 - Incumbirá à Secretaria Municipal de Administração proporcionar ao CMP os meios necessários ao exercício de suas competências.

Seção II

Da Competência do CMP

Art. 29 - Compete ao CMP:

- I – estabelecer e normatizar as diretrizes gerais do FABS;
- II - apreciar e aprovar a proposta orçamentária do FABS;
- III – organizar e definir a estrutura administrativa, financeira e técnica do FABS;
- IV - conceber, acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira dos recursos do FABS;
- V - examinar e emitir parecer conclusivo sobre propostas de alteração da política previdenciária do Município;
- VI - autorizar a contratação de empresas especializadas para a realização de auditorias contábeis e estudos atuariais ou financeiros;
- VII - autorizar a alienação de bens imóveis pelo FABS e o gravame daqueles já integrantes do patrimônio do FABS;
- VIII - aprovar a contratação de agentes financeiros, bem como a celebração de contratos, convênios e ajustes pelo FABS;
- IX - deliberar sobre a aceitação de doações, cessões de direitos e legados, quando onerados por encargos;
- X - adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos, decorrentes de gestão, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades do FABS;
- XI – acompanhar e fiscalizar a aplicação da legislação pertinente ao FABS;
- XII – apreciar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas;
- XIII - solicitar a elaboração de estudos e pareceres técnicos relativos a aspectos atuariais, jurídicos, financeiros e organizacionais relativos a assuntos de sua competência;

XIV - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao RPPS, nas matérias de sua competência; e

XV - deliberar sobre os casos omissos no âmbito das regras aplicáveis ao RPPS.

Art. 30 - Compete também ao Conselho, através de uma Gerência ou da terceirização dos serviços:

I - elaborar os demonstrativos e análises necessários para efeitos de arrecadação, registro e controle;

II - organizar, coordenar, processar e controlar as atividades referentes a benefícios concedidos pelo FABS;

III - manter o registros e cadastros atualizados de todos os beneficiários do FABS;

IV - registrar e manter atualizados os assentamentos dos segurados e pensionistas, bem como toda documentação de arquivo dos respectivos processos;

V - promover exame, cálculo e partilha para pagamento de pensão mensal;

VI - expedir declaração de registros e assentamentos;

VII - receber e conferir documentos apresentados pelos segurados e familiares, bem como orientar beneficiários de segurados falecidos, realizando as verificações para comprovação de vínculo de dependência;

VIII - contratar serviço profissional para efetuar a contabilidade;

IX - manter atualizada a contabilidade do FABS, bem como também propor alternativas de aplicação dos recursos de acordo com o mercado financeiro, observadas as cautelas e responsabilidades inerentes às medidas a serem adotadas.

Art. 31 - Compete ao Presidente do Conselho, além de efetivar as deliberações previstas no artigo anterior:

I - representar o FABS, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

II - movimentar as contas bancárias do FABS, em conjunto com o tesoureiro e/ou por quem delegado;

III - autorizar licitações, contratos e convênios, após aprovação do Conselho Municipal de Previdência;

IV - prestar contas de sua Administração, bem como informações solicitadas por órgãos do Poder Executivo;

V - elaborar e encaminhar à Secretaria Municipal da Fazenda a proposta de orçamento.

VI - propor reajustes de receitas e limitação de despesas, visando assegurar o equilíbrio financeiro.

Art. 32 - O Vice-Presidente deverá assistir ao Presidente no desempenho das suas funções, substituí-lo nos casos de impedimento.

CAPÍTULO V

Do Plano de Benefícios

Art. 33 - O FABS compreende os seguintes benefícios:

I - Quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria por idade e tempo de contribuição;
- d) aposentadoria por idade;
- e) auxílio-doença;

f) salário-maternidade; e

g) salário-família.

II - Quanto ao dependente:

- a) pensão por morte; e
- b) auxílio-reclusão.

Seção I

Da Aposentadoria por Invalidez

Art. 34 - A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que for considerado incapaz de readaptação e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição.

§ 1º A aposentadoria por invalidez será precedida de auxílio-doença.

§ 2º A aposentadoria por invalidez terá proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

§ 3º Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 4º Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;

b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;

c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;

d) ato de pessoa privada do uso da razão; e

e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

III - a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo; e

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 5º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.

§ 6º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o parágrafo segundo, tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida-Aids; e contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.

§ 7º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial do órgão competente.

2005/051-1945, 2006

RUA S. JERONIMO, 02 - CEP 98530-000
BARRA DO GUARITA - RS

TRIP/Fls. 19 ORIGINAL
SIC/MSM

Fls. 001250

§ 8º Em caso de doença que impuser afastamento compulsório, com base em laudo conclusivo da medicina especializada, ratificado pela junta médica, a aposentadoria por invalidez independe de auxílio-doença e será devida a partir da publicação do ato de sua concessão.

Seção II Da Aposentadoria Compulsória

Art. 35 - O segurado será automaticamente aposentado aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Parágrafo único. A aposentadoria será declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço.

Seção III Da Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição

Art. 36 - O segurado fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público;

II - tempo mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

III - 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) anos de tempo de contribuição, se mulher.

§ 1º Os requisitos de idade e tempo de contribuição previstos neste artigo serão reduzidos em (5) cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício da função de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 2º Para fins do disposto no parágrafo anterior, considera-se função de magistério a atividade docente do professor exercida exclusivamente em sala de aula.

§ 3º É vedada a conversão de tempo de contribuição de magistério, exercido em qualquer época, em tempo de contribuição comum.

Seção IV Da Aposentadoria por Idade

Art. 37 - O segurado fará jus à aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público;

II - tempo mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

III - 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher.

Seção V Das Disposições Gerais sobre Aposentadoria

Art. 38 - Ressalvado o disposto no art. 35, a aposentadoria vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

§ 3º Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico